



PREFEITURA DE  
**FIGUEIRÓPOLIS**

FIGUEIRÓPOLIS CRESCENDO NOVAMENTE  
GESTÃO 2025/2028

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 213/2025

FIGUEIRÓPOLIS/TO, 15 DE OUTUBRO DE 2025.

**“INSTITUI A REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (CMMA) DE FIGUEIRÓPOLIS, ESTADO DO TOCANTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei nº 195/2017, de 16 de maio de 2017.

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar e ordenar a formação e o funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente – C.M.M.A, como instrumento de apoio à Política Municipal de Meio Ambiente.

**CONSIDERANDO** a necessidade de definir os mecanismos de fiscalização, normatização das ações pertinentes ao meio ambiente.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituído a REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CMMA, do município de Figueirópolis.

✉ [prefeitura@figueiropolis.to.gov.br](mailto:prefeitura@figueiropolis.to.gov.br)

📍 Av.Bernardo Sayão, 1445, Centro, Figueirópolis - TO





## **CAPÍTULO I**

### **DO**

### **OBJETIVO**

**Art. 2º** - Este regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – C.M.M.A.

**Parágrafo Único** – A expressão Conselho Municipal de Meio Ambiente e a sigla C.M.M.A se equivalem para efeito de referência e comunicação.

## **CAPÍTULO II**

### **DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA**

**Art. 3º** - O C.M.M.A instituído como órgão colegiado e deliberativo terá suporte técnico, administrativo e financeiro prestado pela Prefeitura Municipal, através do órgão executivo municipal de meio ambiente ou órgão a que o CMMA estiver vinculado inclusive no tocante às instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

**Parágrafo Único** – O suporte técnico será suplementarmente requerido ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, e aos demais órgãos e entidades afetos ao programa de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

**Art. 4º** - Compete ao C.M.M.A formular e fazer cumprir as diretrizes da Política Ambiental do Município.

**Art. 5º** - Quanto a composição, o C.M.M.A, será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada a saber:

#### **I – Representantes do Poder Público**

- a) Um presidente, que é o titular da Secretaria Municipal de Produção Indústria Comércio e Meio Ambiente;
- b) Um representante do Poder Legislativo Municipal, designado pelos vereadores;





c) Os titulares dos Órgãos de Poder Executivo Municipal abaixo mencionados:

- 1) Órgão municipal de saúde pública;
- 2) Órgão municipal de planejamento;
- 3) Órgão municipal de administração e finanças.

## **II – Representantes da Sociedade Civil**

- a) Um representante de associação de pequenos produtores rurais;
- b) Uma pessoa da sociedade comprometida com a questão da sociedade civil;
- c) Um representante do corpo discente da rede Municipal de educação no município;
- d) Um representante da Igreja Católica;
- e) Um representante das Igrejas Evangélicas.

**Art. 6º** - A composição do conselho será formada por titulares e suplentes, os quais serão indicados pelas representações que compõem o CMMA.

**Art. 7º** - O mandato dos membros do C.M.M.A corresponderá ao período de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

## **CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 8º** - O C.M.M.A tem a seguinte estrutura básica:

- I** – Presidência;
- II** – Vice-Presidência;
- III** – Plenário;
- IV** – Secretaria executiva.





**Art. 9º** - O C.M.M.A será presidido pelo titular da Secretaria Municipal de Produção Indústria Comércio e Meio Ambiente, para o período de 02 (dois) ano, permitida a recondução por igual período.

**Art. 10** - Ao presidente compete:

- I** – Dirigir os trabalhos do C.M.M.A, convocar e presidir as sessões do plenário;
- II**– Propor a criação de comissão técnica e designar seus membros;
- III** – Dirimir dúvidas relativas à interpretação de normas deste regimento;
- IV**– Encaminhar a votação de matéria submetida à decisão do plenário;
- V** – Assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- VI** – Assinar as deliberações do Conselho e encaminhá-las ao prefeito, sugerindo os atos administrativos necessários;
- VII**– Designar relatores para temas examinados pelo C.M.M.A;
- VIII** – Dirimir as sessões ou suspendê-las, conceder, negar ou cassar a palavra do membro do C.M.M.A;
- IX**– Estabelecer, através de resolução, normas e procedimentos para o funcionamento do C.M.M.A;
- X** - Convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões do plenário, sem direito de voto;
- XI**– Delegar atribuições de suas competências.

**Art. 11** - Compete ao Vice-Presidente substituir o presidente em seus impedimentos, exercendo as suas atribuições.

**Art. 12** - O plenário é o órgão superior de deliberação do C.M.M.A, constituído na forma do artigo 5º e 6º deste regimento.

**Art. 13**- Ao plenário compete:

- I** – Propor alterações deste regimento para homologação pelo Prefeito Municipal;
- II** – Elaborar e propor leis, normas, procedimentos e ações destinadas à recuperação, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental, observadas as legislações federal, estadual e municipal que regula a espécie;





**III** – Fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do meio ambiente, aos órgãos públicos, a indústria, os comércios, a agropecuária, a comunidade e acompanhar a sua execução;

**IV** – Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atividades ligadas a defesa ambiental;

**V** – Opinar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projeto públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

**VI** – Manter o controle permanente das atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que provoque impacto ou desequilíbrio ecológico;

**VII** – Identificar e informar a comunidade e aos órgãos públicos competentes, estaduais e municipais sobre a existência de área degradadas ou ameaçadas de degradação, propondo medidas para a sua recuperação;

**VIII** – Promover, orientar e colaborar em programas educacionais e culturais com a participação da comunidade que visam a preservação da fauna e flora, águas superficiais e subterrâneas, ar, solo, subsolo e recursos não renováveis do município;

**IX** – Atuar no sentido de estimular a formação da consciência ambiental, promovendo seminários, palestras e debates junto aos meios de comunicação e as entidades públicas e privadas;

**X** – Exercer o poder de polícia, no âmbito de legislação ambiental municipal;

**XI** – Julgar e aplicar as penalidades previstas em Lei, decorrentes das infrações ambientais municipais;

**XII** – Opinar sobre o uso e ocupação do solo urbano e parcelamento urbano, adequando a urbanização as exigências do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais;

**XIII** – Sugerir a autoridade competente a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de beleza excepcional e mananciais, patrimônio histórico, artístico, cultural e arqueológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinadas a realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;





**XIV** – Receber as denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração, encaminhando aos órgãos municipais e estaduais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

**XV** – Propor ao prefeito a concessão de títulos honoríficos a pessoas ou instituições que houverem de destaque através de atos que tenham contribuído significativamente para a preservação, melhoria, conservação e defesa do meio ambiente do município.

**Art. 14** - Compete aos membros do C.M.M.A:

- I** – Comparecer às reuniões;
- II** – Debater a matéria em discussão;
- III** – Requerer informações, providências e esclarecimentos ao presidente;
- IV** – Apresentar relatórios e pareceres, dentro do prazo fixado;
- V** – Votar;
- VI** – Propor temas e assuntos a deliberação e ação do Plenário.

**Art. 15** - A secretaria Executiva é o órgão da Presidência do Plenário, desempenhando atividades de gabinete, de apoio técnico, administrativo e de execução de normas referentes a proteção do meio ambiente.

**Art. 16** - Compete a Secretaria Executiva:

- I** – Fornecer suporte e assessoramento técnico ao C.M.M.A nas atividades por ele deliberadas;
- II** – Elaborar as atas das reuniões;
- III** – Organizar os serviços de protocolo, distribuição e arquivo do C.M.M.A;
- IV** – Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Presidente ou previstas neste Regimento Interno.





## **CAPÍTULO IV**

### **DAS REUNIÕES**

**Art. 17-** O C.M.M.A se reunirá ordinária e extraordinariamente.

§ 1º - Haverá no mínimo 2 (duas) reuniões ordinárias anuais, em data, local e hora fixados com antecedência de pelo menos 05 (cinco) dias, pelo Presidente.

§ 2º - O Plenário do C.M.M.A se reunirá extraordinariamente por iniciativa do Presidente, da maioria de seus membros.

§ 3º - No eventual adiamento de reunião ordinária, a nova reunião deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias.

§ 4º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

**Art. 18-** Somente haverá reunião do Plenário com a presença da maioria dos membros com direito a voto.

**Art. 19** - Poderão participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto, assessores indicados por seus membros, bem como pessoas convidadas pelo Presidente.

**Art. 20** - As reuniões do Plenário serão públicas;

**Art. 21** - As reuniões terão sua pauta preparada pelo Presidente na qual constará necessariamente:

- I – Abertura de sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia;
- III – Deliberações;
- IV – Palavra Franca;
- V – Encerramento;

**Art. 22-** A apreciação dos assuntos obedecerá às seguintes etapas:

- I – Será discutida e vota matéria proposta pela presidência ou pelos membros;





**II** – O presidente dará a palavra ao relator, que apresentará o seu parecer, escrito ou oral;

**III** – Terminada a exposição, a matéria será posta em discussão;

**IV** – Encerrada a discussão, e estando o assunto suficientemente esclarecido, far-se-á a votação.

**Art. 23** - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

**Art. 24** - As atas serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros que participaram da reunião que as originaram;

**Art. 25** - As decisões do Plenário, depois de assinadas pelo Presidente e pelo relator, serão anexadas ao expediente respectivo.

**Art. 26** - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Figueirópolis – Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de outubro de 2025.

**JOSE FONTOURA** Assinado de forma digital  
por JOSE FONTOURA  
**PRIMO:32852738** PRIMO:32852738104  
**104** Dados: 2025.10.15  
11:29:09 -03'00'

**JOSÉ FONTOURA PRIMO**  
Prefeito Municipal de Figueirópolis

**CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO**  
Secretaria de Administração e Planejamento nos  
Serviços de suas atribuições legais CERTIFICA que  
o Decreto nº 213/25 de 15/10/25  
Foi afixado no PLACARD da Prefeitura Municipal  
Figueirópolis, Estado do Tocantins, nesta data.  
Figueirópolis-TO, 15/10/25

*Delma Oliveira Chaves Almeida*  
Secretaria Mun. de Administração  
e Planejamento  
Decreto nº 967/2025